

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.883 - PB (2016/0160590-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : MARCIA AGRA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : ÉRICO DE LIMA NÓBREGA E OUTRO(S) - PB009602**  
**RECORRIDO : TELEMAR NORTE LESTE S/A**  
**ADVOGADOS : WILSON SALES BELCHIOR - PB017314A**  
**CLARISSA DA SILVA BRITO E OUTRO(S) - PB019918**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MARCIA AGRA DE SOUZA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL - Execução - Astreintes - Ausência de intimação pessoal - Inexigibilidade - Extinção - Irresignação - Intimação pessoal do devedor quando aplicada multa diária pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer - Necessidade - Súmula 410 do STJ - Matéria de ordem pública - Possibilidade de arguição em impugnação ao cumprimento de sentença - Ausência de preclusão - Desprovimento.

- Não houve intimação pessoal da executada, ora recorrida, em relação à fixação da multa imposta pelo não cumprimento de obrigação, portanto, a execução do montante das astreintes fica inexigível e, ante a inexigibilidade, corretamente decidiu o magistrado pela extinção da execução.

- 'É necessária a intimação pessoal do devedor quando aplicada multa diária pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. 11. A prévia intimação do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer.' (STJ - AgRg no Ag 1188025/RJ - Rel.Ministro VASCO DELLA GIUSTINA - TERCEIRA TURMA - DJe 13/04/2011).

- O executado pode arguir nulidades de natureza absoluta em sede de impugnação do cumprimento de sentença e, somente se a matéria já tivesse sido alegada e discutida anteriormente, apenas neste caso, o que não se coaduna com a hipótese destes autos, é que a rediscussão seria impossível, ante a preclusão da matéria" (fls. 555/556e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 563/564e), os quais restaram rejeitados (fls. 567/576e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 183 e 245 do CPC/73, sustentando que "a alegação de nulidade da execução, pela falta de intimação 'pessoal' da Recorrida, se encontrava (...)

fulminada pelo instituto da preclusão" (fl. 582e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 617/628e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 641/642e).

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Enunciado Administrativo nº 2/2016, do STJ, aprovado na sessão plenária de 09/03/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Quanto à alegada ofensa aos artigos 183 e 245 do CPC/73, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

**2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou

interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ademais, cumpre ressaltar que "a verificação da ocorrência da preclusão implica em exame de violação reflexa ou indireta a texto de lei federal, extrapolando a estreita via do recurso especial, bem como demanda, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, o que atrai o óbice previsto na Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 1.124.681/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/12/2017)

No caso, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

A propósito, confirmam-se, ainda:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR AÇÕES. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. O acórdão recorrido está em conformidade com o entendimento do STJ no sentido de que, não tendo sido fixado pelo título judicial exequendo o critério de cálculo do valor patrimonial da ação, perfeitamente viável a adoção, em sede de cumprimento de sentença, dos balancetes mensais como critério de apuração do valor patrimonial da ação, como ocorre no presente caso. Incidência da Súmula 83 do STJ.

**3. O acolhimento da pretensão recursal no tocante a não**

**ocorrência da preclusão demandaria alteração das premissas fático - probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.**

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.168.860/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 02/05/2018).

"ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211 DA SÚMULA DO STJ. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Na origem, trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto contra decisão proferida pela Juíza de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, que rejeitou a exceção de pré-executividade nos autos de Ação Civil Pública n. 0024043347376, proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em desfavor do agravante, que versa sobre a apropriação de patrimônio público pelo recorrente quando ocupava o cargo de Procurador do Estado de Minas Gerais. Conforme determinação do despacho de fls. 68-70, juntou-se aos autos cópia da decisão agravada (fls. 72-73).

II - A decisão foi integralmente mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (fls. 119-127).

III - Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se - em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos - as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça. IV - A tese de violação ao art. 267, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973, não merece ser conhecida, em razão do não cumprimento do pressuposto recursal objetivo - extrínseco - do prequestionamento.

V - A ausência de discussão da temática retratada pelo mencionado dispositivo legal pelo Tribunal a quo constitui óbice intransponível ao conhecimento do recurso, a teor do que dispõe a Súmula n. 211 do Superior Tribunal de Justiça: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo".

VI - Em se tratando de acórdão publicado sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, aplica-se o entendimento a respeito da impossibilidade do denominado prequestionamento ficto. Nesse

sentido: AgInt no AREsp 892.106/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/3/2017, DJe 20/3/2017.

**VII - Ainda que assim não fosse, o enfrentamento da alegação de preclusão da matéria demandaria revolvimento fático-probatório, hipótese terminantemente vedada pela Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. Em caso análogo, assim decidiu esta Corte.**

VIII - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.625.884/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/04/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA. VIOLAÇÃO DO ART. 526 DO CPC/1973 (ART. 1.018 DO CPC/2015). MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. SÚMULA 282/STF, APLICADA POR ANALOGIA. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Preliminarmente, a parte alegou ofensa ao art. 526 do CPC/1973 (art. 1.018 do CPC/2015). Não se pode conhecer da irresignação pois a tese legal apontada não foi analisada pelo acórdão hostilizado.

Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento.

Súmula 282 do STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada'.

**2. O Tribunal a quo entendeu que não ocorreu a preclusão. Para alterar tal conclusão seria necessário o reexame de provas, o que é inviável ante o óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.**

3. A parte recorrente alega ainda que houve violação à coisa julgada. No entanto, verifica-se que não se prequestionou a matéria nas instâncias inferiores, pois o referido dispositivo legal não foi analisado e aplicado pelo órgão julgador. Súmula 282/STF, adotada por analogia.

4. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente, não bastando a mera transcrição de ementas. In casu, verifica-se que não foram respeitados tais requisitos legais e regimentais, o que impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.701.972/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora

